

ÉTICA E MORALIDADE EM COOPERATIVAS: UMA POSSIBILIDADE?

ETHICS AND MORALITY IN COOPERATIVES: A POSSIBILITY?

Diego Neves de Sousa¹
Cleiton Silva Ferreira Milagres²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS¹
diegocoop@hotmail.com

Universidade Federal do Tocantins – UFT²
cleiton.milagres@hotmail.com

RESUMO

O que é ética e moralidade? E como elas devem agir em direção a uma eficiente gestão cooperativa pautada por princípios e valores que são de natureza própria? Neste estudo, estas são as questões orientadoras a serem discutidas e refletidas por meio de uma revisão bibliográfica sobre tal temática, no interior dos processos de intervenção social aplicados às cooperativas, acerca de como se deve agir e como se pode entender a ação dos outros, sob a perspectiva de Oliveira e Freitag. Entre os resultados, postula que a ética e a moral podem ser uma possibilidade na gestão cooperativa desde que enunciados os verdadeiros valores que são intrínsecos ao cooperativismo. Busca-se, então, numa adequada gestão cooperativa priorizar a formação dos associados para que se reconheçam como donos-usuários desta forma coletiva de se organizar e de também formar os gestores externos para entender e atender as necessidades que surgem como a de transmitir a dimensão social e cultivar os valores democráticos que permeiam a prática do cooperativismo, diminuindo ou até evitando os diversos interesses individuais colocado em jogo.

Palavras-Chave: Ética; moral; gestão de cooperativas.

ABSTRACT

What is ethics and morality? And how they should act toward an effective cooperative management guided by principles and values that are by nature itself? In this study, these are the guiding questions to be discussed and reflected through a review of the topic, within the processes of intervention, applied to cooperatives, about how one should act and how they can understand the action of others, from the perspective of Oliveira and Freitag. Among the findings, posits that ethics and morality may be a possibility in cooperative management since it contained the true values that are intrinsic to cooperatives. Search then an appropriate cooperative management prioritize the training of associates to recognize themselves as owners, users of this collective way of organizing and also form the external managers to understand and address the needs that arise as to convey the scale cultivate social and democratic values that underlie the practice of cooperatives, reducing or even avoiding the various individual interests at stake.

Keywords: Ethics, morality, management of cooperatives.

INTRODUÇÃO

As cooperativas são definidas como organizações que buscam o benefício dos seus associados, isto é, não estão em função do capital, mas das pessoas. Pode existir a figura de um gestor externo, que é a do profissional contratado para tratar questões de mercado ou de especialização. Em termos teóricos, esse gestor pode ser pensado como similar aos agentes de desenvolvimento ou aos extensionistas, em comparação quanto a sua função de profissionais que disponibilizam seus conhecimentos teóricos, para que junto com os associados, possam realizar atividades em benefício destes últimos.

Além disso, as cooperativas são orientadas por princípios¹ e valores que as qualificam e as diferenciam das demais organizações, quais sejam: empresas privada e pública, escolas, hospitais, prefeituras, ONGs, entre outras. Para Amodeo (2006), os princípios do cooperativismo seriam os delineamentos através dos quais as cooperativas praticam os seus valores. Esses valores e princípios formam parte da identidade das cooperativas e marcariam, por sua vez, um estilo de estratégia e de ação próprios que deveriam guiar esse tipo de organização. Mas, não necessariamente, as organizações que assim se autodenominam se organizam em função dos valores e princípios cooperativos.

Nesse contexto organizacional, os gestores das cooperativas são desafiados a manter um comportamento ético frente às inúmeras tomadas de decisão relacionadas à competitividade imposta pelo mercado. Uma vez que são pressionados diretamente pelo Conselho Administrativo para alcançar resultados positivos de ordem econômica e também de operar segundo critérios da racionalidade social, respeitando, dessa maneira, a identidade filosófica e doutrinária das cooperativas. Assim, ao gestor de cooperativas compete gerenciar e assessorar as cooperativas, observando-se os princípios democráticos, a equidade, a igualdade e a solidariedade no processo de constituição e desenvolvimento dessas organizações, além de ser capaz de desenvolver trabalhos de educação cooperativista com o foco em duas dimensões, tanto social quanto econômica.

Em um processo de intervenção, o papel do gestor de cooperativas é tão importante que pode ser comparado igualmente ao de um agente externo, de desenvolvimento, de mudança, extensionista rural, entre outras denominações que se dá

a este profissional que tem o foco na intervenção para a mudança social. Nesta perspectiva, é posto em discussão a conduta deste agente, principalmente, no que se refere aos aspectos ligados a eticidade e moralidade como referência indispensável às práticas de intervenção neste respectivo ambiente social.

Roberto Rodrigues em uma entrevista a Revista Sebrae, corrobora nesta discussão, ao afirmar que o maior problema por trás da falta de ética nas cooperativas está relacionado ao capital. Para ele, “o capital não tem ética, não tem filosofia, não tem nenhuma preocupação com religião, ideologia, nada. O capital só se preocupa com a própria acumulação” (Revista SEBRAE, 2002, p.7).

Desse modo, pretender-se-á discutir em que medida a ética e a moral é posta em prática na gestão das cooperativas, sabendo-se que, de certa forma, estas variáveis influenciam a administração de tal organização. Além de refletir sobre o verdadeiro papel do associado na cooperativa que, muitas das vezes, é considerado conflitante no seu campo de interesses com o do gestor, como apresenta Benecke (1990) na abordagem sobre o “critério identidade” da sociedade cooperativa.

Para isso, o presente estudo baseia-se estritamente numa discussão teórica e conceitual passível de problematização, no interior dos processos de intervenção aplicados às cooperativas, acerca de como se deve agir e como se pode entender a ação dos outros, sob a óptica de Oliveira (1990) e Freitag (1992).

ÉTICA E MORAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Muitas das vezes, os termos: ética e moral são confundidos ou, até mesmo, considerados como sinônimos. Isso se dá porque são várias as suas definições e entendimento.

No senso comum, a ética é entendida no momento em que algo é bom tanto para o indivíduo quanto para sociedade, baseando-se nas relações humanas e em seus juízos de valor, e seu estudo contribui para estabelecer a natureza de deveres no relacionamento entre indivíduo e sociedade. E a moral está ligada a um conjunto de costumes, preceitos, princípios, normas e valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo. Logo, a ética é mais reflexiva, já a moral é eminentemente prática.

Na compreensão de Coelho (2005), ética e moral são consideradas de suma importância para uma ação fundamentada em processos de intervenção social. Numa concepção histórica e de práticas sociais, *a priori*, acreditava ser possível distinguir os dois termos. No entanto, ao retomar os significados que historicamente lhes foi atribuído, percebeu-se que os significados estavam correlacionados.

Para a autora, inicialmente, pode-se chamar de ética o estudo das condutas humanas. “Desde a antiguidade, debate-se a ética pela análise dos fins e meios que dirigem as condutas humanas ou dos motivos ou os impulsos que condicionam, determinam, dirigem ou disciplinam condutas humanas” (COELHO, 2005, p.109).

E no estudo que se faz acerca da moral é colocada em evidência a conduta do indivíduo, determinada pelo que é o certo e o que é errado, também delimitado por suas pressuposições frente às perspectivas demandadas pela sociedade. Desse modo,

uma conduta moral tem como justificativa de ação a ideia de dever. Por isso, a moral tem a ver com normas sociais conscientes, ou não, entre membros de uma sociedade. Essas normas, por sua vez, permitiriam o controle da vida social (COELHO, 2005, p.109).

As normas têm o papel de garantir que as relações entre os indivíduos sejam da melhor forma possível. É pertinente acrescentar que as normas não precisam necessariamente ser escritas ou documentadas para serem obedecidas ou serem ditas. Conhecida como normas tácitas de tão utilizadas são de certo modo internalizadas pelos indivíduos.

A partir dessas considerações, Coelho (2005) explana que as questões que se pautam pela ética ou moral são colocadas em destaque quando há algum tipo de pergunta, indagação ou dúvida. Ou melhor, é quando se questiona o modo ou a razão de agir de tal maneira e não de outro jeito que são postas as discussões se é, ou não ético, ou moral, o que se faz ou fez.

Em outras abordagens teóricas também podemos encontrar esta temática, tais como a de Freitag (1992), quem faz um apanhado em torno da questão da moralidade e da eticidade, relatando a concepção de alguns filósofos sobre o assunto. Por exemplo, na abordagem representada pela ética da pólis; que Platão concebeu como ideal da cidade grega, na sua obra *A República*, tem-se que a moralidade é tomada com base na ação do indivíduo, já a eticidade está relacionada com o Estado, com o bem coletivo.

A literatura que abrange a ética e a moral são de inúmeras naturezas. Por isso, pretende-se aprofundar a discussão dos aspectos em torno desses termos, em separado, e com uma respectiva abordagem como forma de enriquecer este estudo, como se verá mais adiante.

A ética sob a óptica de oliveira

A discussão relacionada às questões éticas pode ser analisada de perspectivas diversas. Assim, as filosofias morais postas em debate teriam uma base diferente para julgar se uma determinada ação é certa ou errada. Dessa forma, pode-se dizer que não existe uma única decisão que seja totalmente ética. E para ajudar a compreender como as pessoas tomam sua decisão é preciso realizar um exercício de alteridade.

Indo a esse encontro, numa perspectiva antropológica, Roberto Cardoso de Oliveira (1990) em sua obra “*O saber, a ética e a ação social*” considera a questão ética como condição de qualquer conhecimento que se pretenda ser científico. Permitindo, assim, uma maior reflexão do papel de qualquer profissional acerca do relativismo. Ou seja, até que ponto me posiciono no lugar do outro? Qual a relação da pesquisa científica e sua aplicação na prática? Portanto, é colocada em questão a relação problemática entre a ação prática e a pesquisa científica.

Nos seus trabalhos, o autor sempre se preocupou pela questão ética nas Ciências Sociais. Verifica-se, então, que a antropologia pode oferecer neste trato recurso aos modelos alternativos de ação social, onde a população envolvida em programas de desenvolvimento, por exemplo, seja parte de uma única comunidade de comunicação e argumentação, lado a lado com os agentes de mudança social. Assim sendo,

é através das comunidades de argumentação que se insere um argumento para que as verdades sejam discutidas. Não adianta ter o conhecimento, se o outro não reconhece, não partilha deste mesmo conhecimento. Por isso, a importância de buscar ouvir e discutir cada princípio dos enunciados lingüísticos da comunidade entre pares (OLIVEIRA, 1990, p.9).

Dentro dessa conformidade, Oliveira (1990) afirma que o conhecimento científico a ser gerado tem que estar atrelado numa base pautada pela ética, pois acredita que o saber e a ética são indissociáveis um do outro. Detalhadamente explica que,

esta indissociabilidade não se dá apenas quando o conhecimento científico é apropriado por uma sorte de sabedoria que submete o primeiro à inteligência do segundo, ocasião em que se diferencia o sujeito cognoscente do sujeito moral, o cientista do sábio (OLIVEIRA, 1990, p.9).

Assim, não basta somente saber, é necessário entender a relação com o outro. É nesse momento que a ética tem um papel de destaque, porque ela não é só o que se enuncia, mas o que se pratica.

Outro ponto que este antropólogo enfatiza é que a geração de conhecimento numa comunidade científica necessita ter normas para garantir que as relações entre os indivíduos sejam harmônicas. Visto que a ética e a moral são essenciais e são elas que dão condições para a objetividade.

Nesse contexto, Oliveira (1990) aponta que a antropologia tem se preocupado com aquilo que os antropólogos chamam e se desdobram em evitar, que é o etnocentrismo. No seu ponto de vista, talvez uma das vias adequadas para “evitar o etnocentrismo seria a busca de um acordo entre os agentes étnicos em contato, de certa maneira similar aquela verificável entre membros de uma comunidade de argumentação” (OLIVEIRA, 1990, p.12). Por isso, que a antropologia tem se mostrado mais sensível em reconhecer a cultura nativa, como é o caso da observação participante de Malinowski.

Contudo, num confronto etnográfico entre a lógica do antropólogo versus a lógica do nativo é necessário que haja uma neutralidade do antropólogo. Ou melhor, para que não haja submissão de um saber em relação ao outro é necessário o estabelecimento de relações dialógicas simétricas ou de mão dupla. Assim, para evitar um conflito arrogante entre estes saberes, Oliveira (1990) sugere que,

é necessário uma compreensão da investigação antropológica como uma *etnológica* (...). Tal compreensão, a seu turno, pede uma consciência auto-reflexiva das pré-condições intelectual e sócio-histórica para todas e quaisquer lógicas (...) presentes no inquérito etnográfico (OLIVEIRA, 1990, p.12).

Portanto, é imprescindível num trabalho de campo, principalmente com foco no processo de mudança em meio rural, que haja uma postura relativista do agente de desenvolvimento frente à comunidade, grupo, associados, entre outros públicos

envolvidos neste processo, pois, à medida que é nivelado o conhecimento dos saberes (científico e popular) é que há uma contribuição da antropologia no trato do problema da mudança social. Consequentemente, a questão ética vai assumindo outra dimensão, voltada a atender as necessidades básicas dos indivíduos e não somente a do agente extensionista.

A moral sob a óptica de Freitag

O estudo realizado por Freitag intitulado “*Itinerário de Antígona: a questão da moralidade*” pretende contemplar várias dimensões do conhecimento para iluminar e dissertar sobre o que seria moralidade.

Dessa maneira, Freitag (1992) discute a questão da moralidade valendo-se de uma pergunta aparentemente simples: Como devo agir?

Essa pergunta, todavia, desencadeia uma série de novas perguntas: Como posso julgar a minha ação ou a dos outros? Quais os critérios segundo os quais faço esse julgamento? Segundo que máximas, princípios ou valores devem orientar (minha ou) a ação (dos outros)? Como posso ter certeza de que os princípios (ou valores) pelos quais oriento a minha ação ou julgo a ação dos outros sejam os princípios certos, justos e corretos? (FREITAG, 1992, p.11).

A autora esclarece, no início da obra, que não tem a pretensão de esgotar a questão da moralidade, mas de mostrar além da sua complexidade a sua interdisciplinaridade. Ou seja, essas perguntas não esgotariam a problemática da moralidade, uma vez que elas gerariam outras e que, por sua vez, exigiriam respostas cada vez mais sofisticadas.

A discussão acerca da questão da moralidade foi feita a partir de uma análise multidisciplinar, sob o enfoque da filosofia, sociologia e psicologia, pois esse objeto de estudo é interesse das três áreas. Desse modo, ela acreditava que uma análise compartimentalizada e isolada do assunto não conferiria o mérito necessário que o tema exigia. Para tal recorreu-se a obra de grandes autores clássicos, tais como, Aristóteles, Platão, Rousseau, Hegel, Kant e Piaget, apresentando a concepção de cada um sobre a moralidade. Aqui não se pretende detalhar suas concepções uma por uma, mas apenas expor a contribuição dessas áreas do conhecimento para explicar as diferentes visões que Freitag utilizou para delimitar este tema.

No contexto da filosofia, Freitag (1992) explana que a conduta moral é posta em julgamento sob os critérios dos princípios ou leis que regem nossa reflexão antes e depois de um ato consumado. Essa reflexão se dá por meio do discernimento do que é o certo ou o errado, do bem ou do mal, do justo ou do injusto. Assim,

a moralidade lida com critérios do julgamento segundo os quais a própria ação ou a dos outros é analisada, criticada ou julgada; essa análise criteriosa da ação pressupõe um sujeito consciente, uma consciência moral, capaz de julgar o certo e o errado, o bem e o mal, o justo e o injusto; assim sendo, a moralidade passa a ser um assunto de interesse da filosofia (FREITAG, 1992, p.12).

Na perspectiva sociológica, é dada ênfase a ação em um contexto circunscrito formado por valores, normas e sanções que acompanham essa ação. Acrescenta, ainda, as formas de institucionalização, por meio das instituições, e da internalização, por meio das estruturas de personalidade, composta por valores, normas e sanções que acompanham toda e qualquer ação. Por isso, “a moralidade tem que ver com a ação, mais especificamente, com a ação de um ego, *self* ou sujeito que relaciona sua ação com a ação dos outros (interação); assim sendo, a moralidade passa a ser um assunto de interesse da sociologia” (FREITAG, 1992, p.12).

Examinando o lado da psicologia é dado destaque à constituição da consciência moral, aos processos e mecanismos de sua formação e consolidação, uma vez que é ainda possível sua vinculação com a construção do pensamento lógico-formal. Como se verifica na explicação de Freitag (1992):

a moralidade pressupõe uma causa da ação, uma explicação para as razões que levaram o sujeito a agir assim e não de outra forma; atribuímos razões, motivos, intencionalidade ao ator; no momento em que procuramos explicar uma ação, localizando sua origem na psique, na alma, na vontade, na razão do sujeito, nesse momento a moralidade passa a ser um assunto de interesse da psicologia (FREITAG, 1992, p.12).

Nota-se, portanto, que esses três enfoques sobre a moralidade permitem uma visão de diversos ângulos sobre o comportamento do indivíduo frente à sociedade, pois

ao estudar a problemática da moralidade e da eticidade, as diferentes teorias (filosóficas, sociológicas ou psicológicas) não somente se tangem, mas também interpenetram-se, constituindo-se a moralidade como um campo de reflexão comum às três orientações. Cada disciplina ilumina esse campo com seus próprios pressupostos e conceitos, descobrindo os seus limites e a insuficiência de suas categorias. Por isso mesmo, invariavelmente, os autores consultados invadem as disciplinas vizinhas ou retornam à matriz inicial que lhes deu origem – a filosofia - para discutir e repensar exaustivamente a questão (FREITAG, 1992, p.236).

Considera-se que esses diferentes enfoques adotado por Freitag contribuem para uma reflexão mais completa e profunda da problematização que gira em torno da moralidade. E se considerarmos a realização dessa interiorização pelos agentes de mudança, esta será computada como positiva para eles, uma vez que estará permitindo instaurar um processo de confiança durante as práticas de intervenção social. E, também, serão capazes de melhor entender e de se posicionarem diante o seu agir junto ao outro, visto que as intervenções são realizadas para mudança e esta é necessária se pautar por princípios morais.

O COOPERATIVISMO E SEUS VALORES ÉTICOS E MORAIS

A sustentabilidade institucional de qualquer organização deve estar amparada por sua missão, princípios e valores que de alguma forma norteiam estrategicamente o ambiente em que se encontra inserida, demonstrando, dessa maneira, a sua verdadeira razão de ser. Como consequência disso, as organizações criam uma identidade e uma visibilidade peculiar que a distinguirá das demais formas organizativas, uma vez que terá valores para orientar o comportamento ético dos seus *stakeholders*.

Para Moscovici e Doise (1991), é de suma importância a presença de valores no espaço de disputa. Explicam que os valores ganham importância no decorrer da discussão, pois são considerados pontos de ancoragem estável para opiniões, juízos e raciocínios. Assim, quanto mais se discute, mais sobressaem valores e normas e mais se orientam argumentos para convencer e estimular a busca de outras informações.

Ambientada em um cenário em que privilegia a democracia, a organização cooperativa é desafiada a divulgar seus valores e princípios junto ao público que de alguma forma se relaciona com ela, em especial os associados (donos-usuários). Ressalta-se que este tipo de organização apresenta características diferenciadas e intrínsecas pautadas por valores e princípios que são de natureza própria, mas não exclusivo delas. Pois, coincidentemente, a democracia em um determinado ambiente pode levar a valorizar mais essa forma organizacional.

Outro desafio do cooperativismo é conseguir que os gestores de cooperativas estejam alinhados a um comportamento ético frente às inúmeras tomadas de decisão, como é o caso da competitividade imposta pelo mercado que gera pressão por parte dos representantes do Conselho Administrativo, eleitos pela Assembleia Geral, para que

alcancem resultados positivos de ordem econômica e também de operar segundo critérios da racionalidade social.

Segundo Benecke (1990), o conflito de interesses entre o gestor e os associados (Assembleia Geral) é explicado pela forma como é conduzida a gestão da cooperativa. Se os associados não dão instruções corretas ao gestor na sua forma de gerir o empreendimento, pode surgir, por exemplo, o seguinte problema: os associados, considerados como donos e usuários da cooperativa, podem atuar segundo o que consideram favorável para eles; aos gestores, ao contrário, a estrutura democrática da cooperativa não permite perseguir seus próprios interesses, caso sejam opostos aos dos associados. Dessa forma, é imprescindível aplicar na gestão das cooperativas o “critério de identidade”, no qual o gestor deverá orientar-se exclusivamente pelos interesses dos associados.

Porém, como dito por Benecke (1990) em seu estudo, confirma a suspeita de que os gestores de cooperativas de maneira alguma se orientam unicamente pelos interesses dos associados. À medida que atendem as necessidades dos sócios, também procuram atender seus próprios interesses. Neste prisma, cabe indagar como podem ser solucionados os conflitos de interesses entre a gerência e os associados.

Para Crúzio (2003), as cooperativas devem gerenciar seus negócios internos e externos com base numa conduta ética, seja normativa ou prescritiva. Esclarece que a ética normativa, atrelada às proibições, está associada aos princípios do cooperativismo enquanto norma e regulamento produzido no estatuto social de qualquer tipo de cooperativa. Em relação à ética prescritiva, atrelada às obrigações, está associada ao códigoⁱⁱ de conduta ética, no qual deve ser atualizado à medida que vão surgindo novos problemas de conduta ética no dia a dia dos negócios da cooperativa.

É com base nesses conceitos éticos que as cooperativas devem gerenciar seus negócios internos e externos. Nas transações comerciais com seus associados devem prevalecer os valores da equidade, liberdade e fraternidade, tal como refletidos nos princípios básicos do cooperativismo e reproduzidos nos seus estatutos sociais. Externamente, na oferta de produtos ou serviços, devem-se levar em conta as necessidades, as preferências e a satisfação de seus consumidores, revendedores etc (CRÚZIO, 2003, p.38).

Em consonância com os desafios supracitados no âmbito ético e moral das cooperativas, Crúzio (2003) afirma que há alguns casos de cooperativas que incorrem em desvios, comprometendo os valores da equidade, justiça e bem comum propostos

nos negócios de dentro e fora da associação cooperativa. Assim, a visibilidade de sua missão social, política e econômica, na lógica dos princípios do cooperativismo, vai depender da presença de certas virtudes nas decisões ou ações, seja de associados, dirigentes ou de funcionários. Tais virtudes são a confiança, a empatia, a veracidade, a equidade e o autocontrole, e os opostos dessas virtudes seriam a mentira, o logro, a fraude e a corrupção.

É nessa situação que é necessário a existência de dispositivos, tanto administrativos quanto fiscais, para coibir decisões ou ações consideradas eticamente incorretas em todos os níveis hierárquicos das cooperativas (CRÚZIO, 2003).

O referido autor acrescenta, ainda, de acordo com sua investigação, que a corrupção nas cooperativas no país não deve ser vista somente pelos aspectos morais e éticos. Há uma forte relação entre o baixo desempenho da economia e o alto índice de corrupção. Desse modo, direta ou indiretamente, as cooperativas brasileiras podem sofrer algum tipo de restrição de valor ou mercado, já que atuam em quase todos os setores da economia. Além disso, outros estudos indicam que a conduta ética nas organizações está positivamente ligada ao retorno dos investimentos e dos ativos e ao crescimento de vendas.

Nesse sentido, percebe-se que é necessário que se tenha na gestão das cooperativas uma preocupação não somente de ordem econômica, mas também de ordem social, de modo a atender o compromisso que o cooperativismo tem com a comunidade na qual está inserida. Então, é de fato importante controlar o interesse dos gestores, uma vez que são contratados, somente, para gerirem um empreendimento democrático, com vários donos que anseiam por interesses, e na qual não compete alcançar para si mesmos recursos a custo de outros, sobressaindo aí o problema de caronaⁱⁱⁱ. É nesse enfoque que é interessante que os envolvidos com a cooperativa tenham um comprometimento por um comportamento adequado, pautado pela ética e a moral, definido por um código de conduta ética que se orienta por valores do próprio cooperativismo. Considera-se também que a autogestão seria, então, a solução adequada e ideologicamente mais adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo democrático apresentado pela organização cooperativa está sendo, cada vez mais, desafiado a promover soluções e a desenvolver alternativas para manter sua competitividade no mercado. Isso sugere a manutenção harmônica entre a forma associativa e empresarial através de um modelo de gestão respaldado pela ética orientada a lógica do cooperativismo. Por isso que se faz necessário refletir as questões da eticidade e moralidade nas cooperativas, de forma mais profunda e com a ajuda de diferentes teorias (filosofia, sociologia, psicologia, antropologia) para compreender sob diversos ângulos como os agentes de desenvolvimento (gestores) estão agindo em direção a uma eficiente e profissionalizada gestão cooperativa.

Retomando as discussões anteriores e a pergunta feita no título deste artigo é possível afirmar que a presença da eticidade e a moralidade em cooperativas pode ser uma realidade desde que enunciados os verdadeiros valores que são intrínsecos ao cooperativismo. E a presença dessas questões se daria na forma de colocar em prática o código de conduta ética não somente para os gestores, mas também para os associados e demais envolvidos com a cooperativa, configurando, assim, o grande desafio posto para as cooperativas.

Busca-se, então, numa adequada gestão cooperativa priorizar a formação dos associados para que se reconheçam como donos-usuários desta forma coletiva de se organizar e de também formar os gestores para entender e atender as necessidades que surgem como a de transmitir a dimensão social e cultivar os valores democráticos que permeiam a prática do cooperativismo, diminuindo ou até evitando os diversos interesses individuais colocado em jogo.

REFERÊNCIAS

AMODEO, Nora Beatriz Presno. Contribuição da Educação Cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: Nora Beatriz Presno Amodeo, Héctor Alimonda (Orgs) **Ruralidades: capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: Ed. UFV, 2006. p.151-176

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das Cooperativas no processo de Desenvolvimento Econômico dos Países do Terceiro Mundo**. Porto Alegre RS, 1990. (Col. Cooperativismo 4).

COELHO, France Maria Gontijo. Ética e moral: uma discussão fundamental. In: **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. Viçosa: Ed. UFV, 2005. P.109-114.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Marketing Social e ético nas Cooperativas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FREITAG, Bárbara. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. São Paulo: Papirus, 1992.

MOSCOVICI, Serge; DOISE, Willen. O problema. O trabalho de decisão. In: **Dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões coletivas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O saber, a ética e a ação social. In: **Manuscrito**: Revista Internacional de Filosofia. Campinas: Unicamp. vol.XIII, n.2, out-1990, p.7-22.

REVISTA SEBRAE, n.7, p. 6-15, nov./dez. 2002.

Recebido para publicação em 22 de agosto 2016
Aceito para publicação em 26 de outubro de 2016

ⁱ O Cooperativismo baseia-se nos seguintes princípios: i) Adesão livre e voluntária, ii) Gestão democrática e livre, iii) Participação econômica dos membros, iv) Autonomia e independência, v) Educação, formação e informação, vi) Intercooperação, e vii) Interesse pela comunidade.

ⁱⁱ O Código de Conduta Ética faz parte do sistema de valores que orientam o comportamento das pessoas, grupos e das organizações e seus administradores. Está associado a um conjunto de normas de conduta.

ⁱⁱⁱ Também conhecido como *free-rider*, o problema da carona caracteriza-se quando alguém se beneficia de uma ação, sem se esforçar (pagar).